

A Democracia Socialista na construção dos 40 anos da CUT | Marlei Fernandes de Carvalho

A história militante da Democracia Socialista (DS) em seus 43 anos de organização e luta se entrelaça com a luta operária e socialista dos e das trabalhadoras brasileiras desde antes da fundação da Central Única dos e das Trabalhadoras (CUT).

O contexto histórico da resistência à ditadura, da evolução do movimento operário, das organizações clandestinas e populares, da organização estudantil revolucionária, da inserção dos e das intelectuais na vida política e social, da teologia da libertação, da organização do movimento camponês, da ascensão dos movimentos populares com a construção das greves nacionais contra o arrocho salarial, o desemprego, a fome e a carestia foram decisivos para formar a base do Partido dos e das Trabalhadoras (PT) e da CUT.

A conjuntura daqueles anos reuniu militantes marxistas na fundação da CUT e conseqüentemente colocou em prática a organização sindical pela base, contra o burocratismo, contra a intervenção do Estado, pela autonomia e liberdade sindical e contra o imposto sindical. A efervescência das lutas levou a CUT, com contribuição importante da DS, a tornar-se a maior central sindical do país e da América Latina calcada na organização independente da classe trabalhadora, na solidariedade entre as categorias e na organização democrática.

A DS contribuiu, para além da construção da Central Única, em temas como a democracia interna, o método da composição proporcional das instâncias e o reconhecimento do direito de tendências internas. Colocou em prática a luta internacionalista, feminista e antirracista.

Evolução das discussões políticas fez com que em 1986 fundássemos a corrente “CUT pela base”, composta por sindicalistas da DS, do Movimento de Oposição Metalúrgica de S. Paulo (MOMSP) e do Partido Revolucionário Comunista (PRC). A CUT PELA BASE representou uma forte crítica à acomodação sindical e atuou mais fortemente na radicalização da democracia no sindicalismo CUTista e na intervenção nos rumos políticos do país.

O final dos anos 1980 representou, por um lado, uma forte organização social e sindical em torno da Constituição Federal (1988), pela expressiva greve geral em 1989 seguida pela quase eleição de Lula em sua primeira tentativa de chegar à presidência; por outro

lado, mobilizou amplos setores liberais e conservadores em torno das políticas neoliberais acendidas a partir da eleição Collor/Itamar Franco e intensificadas e consolidadas nos anos de 1990 com as duas eleições de Fernando Henrique. Foram anos duros de neoliberalismo que se materializaram em políticas de ataque aos direitos trabalhistas, desregulamentação de empregos com crescimento do trabalho informal, retração industrial e implementação de políticas de privatização.

O sindicalismo foi muito atacado como, de resto, as demais formas populares de resistência. Neste período, a CUT não conseguia dar respostas consistentes às situações vivenciadas pela classe trabalhadora e adaptava-se à institucionalidade. Nesse momento, em 1993, diversas correntes políticas se organizam em torno da Alternativa Sindical Socialista com a proposta de que a Central retomasse um calendário efetivo de lutas para estancar a retirada de direitos e derrotar o projeto neoliberal. Infelizmente, o movimento interno de construção e consolidação da AAS não foi suficiente para impulsionar a CUT a fazer as resistências que o período exigia.

E assim atravessamos os anos de 1990 com muitas dificuldades organizativas advindas de ataques e mudanças sistêmicas no mundo do trabalho. Até que as resistências surgidas pelos movimentos levaram a uma forte mobilização em Seattle (EUA), em 1999, em reunião da OMC. Esse forte período de resistência mundial às formas de organização do capital impulsionou as lutas populares e a organização do Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre (RS) em 2001 e nos anos que se seguiram. Instituiu-se com o FSM um espaço de diálogo e unificação do pensamento e pautas de esquerda, as mais diversas possíveis, que iam desde pautas feministas, de juventude, culturais às pautas ambientais, e de efetivo contraponto ao capitalismo e ao seu Fórum Econômico de Davos.

Como resultado de toda essa efervescência política e por entender que a Alternativa Sindical Socialista havia se tornado apenas uma aliança de pautas prioritárias, sem a organicidade e a articulação necessárias para fazer frente aos desafios da classe trabalhadora, a DS resolve desligar-se da Alternativa Socialista e organizar-se, em 2002, em uma nova corrente sindical e, assim, nasce a CUT DEMOCRÁTICA E SOCIALISTA (CSD).

Vale ressaltar que a constituição de uma corrente sindical só se justifica quando se combina concepção sindical e concepção política, quando há capacidade de propor, intervir e atuar de forma coletiva; quando sua identidade é expressa em uma prática e em proposições políticas comuns e quando as diferenças internas não levam ao imobilismo.

A CSD nasce como corrente política interna da CUT, assume a concepção democrática e socialista, mobiliza-se em pautas da classe trabalhadora, coletivas, urgentes e, por vezes, invisibilizadas pela sociedade e pelo movimento sindical, como as pautas feministas, e propõe-se ao debate organizativo e socialista entre os e as dirigentes, novas lideranças e da classe trabalhadora. A CSD é composta por militantes que se associam a esses princípios.

O manifesto de fundação da CSD explicita essa compreensão:

A CSD reúne militantes sindicais, mulheres e homens, de diferentes gerações e etnias de diversas categorias e dos vários estados do país que buscam resgatar o sentido mais profundo da palavra militância. Pessoas que sentem e agem como parte de um amplo movimento de transformação da sociedade, maior que o próprio movimento sindical. Lutadoras e lutadores sociais que assumem a política como espaço e tempo para fazer a história.

Passados 20 anos, a CSD consolidou-se como umas das principais correntes sindicais CUTistas e está organizada nos mais diversos ramos de atuação sindical como o ramo da educação, dos serviços públicos, dos municipais, da saúde, dos químicos, do sistema financeiro, do judiciário, dos e das trabalhadoras rurais, da seguridade, dos petroleiros, dos metalúrgicos, entre outros.

A presença da CSD nas direções Cutistas possibilitou o estabelecimento de diversos marcos na organização da luta sindical:

- a luta internacionalista como expressas nos melhores anos do FSM, nas mobilizações contra a ALCA, na organização da Aliança Social Continental e, de forma contundente, na organização internacional do movimento sindical através da CSA e da Jornada Continental pela Democracia e contra o neoliberalismo;

- a defesa de um Sistema Democrático de Relações de Trabalho com base no trabalho decente e nas formulações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho, a defesa de avanços no modelo de organização sindical que envolve a democracia interna, a organização pela base, a autonomia e a independência de classe, o poder popular, o autofinanciamento;

- a construção do feminismo no meio sindical, na própria CUT como no meio social e popular. A atuação na Secretaria da Mulher Trabalhadora e na Marcha Mundial das

Mulheres, levaram à conquista da paridade de gênero na CUT e uma participação ampliada das mulheres nas diversas ações e direção Cutistas;

- a criação da Secretaria de Juventude na CUT que refletiu nossa atuação nas políticas de juventude e que, em muitas situações, oxigenou e renovou quadros para os sindicatos, além de trazer para o centro do debate a importância da renovação sindical como condição de perenidade do próprio movimento sindical;

- a atuação firme nas políticas de combate ao racismo e de defesa dos direitos LGBTQIA+ com representação e políticas permanentes na construção da CUT e relação com os movimentos sociais;

- o crescimento da política ambiental sindical ao se assumir a Secretaria de Meio Ambiente, de ampliação e destaque ao debate global ambiental nacional e internacional e suas relações com as transformações do mundo do trabalho e os desafios globais e atuais de transição energética;

- o trabalho desenvolvido na Secretaria de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais que — frente ao golpe de 2016, nas eleições de 2018 e momentos posteriores — exigiu a construção da unidade sindical e popular do campo progressista e que foi condição *sine qua non* para as mudanças de rumo no país, para a retomada das organizações populares de base. Destaques que consolidaram a aliança e resistência no campo progressista popular foram nossas ações nas Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e na Campanha Fora Bolsonaro.

Destaque para além da organização sindical foi a presença da CSD na Campanha e Vigília Lula Livre em seus 580 dias. Foram dias intensos e desgastantes que exigiram muito da nossa organização, mas que no final resultaram não só na soltura (2019) e eleição de Lula (2022) como também na criminalização da operação Lava-jato explicitada pela vaza-jato.

Aliás a defesa da democracia mostrou-se substantiva nesse último período, até porque a defesa da democracia representava também estancar as perdas trabalhistas vivenciadas pela classe trabalhadora desde 2016. Voltamos ao mapa da fome. Pobres disputavam ossos em supermercados e açougues pelo país. Vimos o crescimento do subemprego, a flexibilização e a consequente precarização das relações de trabalho. Mobilizações antirracistas, antilgbtifóbicas, contra os assassinatos dos povos da periferia, em sua maioria jovens negros, e dos povos indígenas emergiram na mesma proporção que a

necropolítica e neofacistas faziam coro entre os governos, legisladores e legisladoras e parcela expressiva da população. A luta permanente antifascista é exigência atual.

Também é exigência urgente compreender quem é hoje a classe trabalhadora e como organizá-la. As mudanças no mundo do trabalho são visíveis e, em muitos casos, irreversíveis. Esta compreensão é um passo necessário para dar nitidez sobre a capacidade que temos e teremos de influenciar nos rumos da organização sindical e de classe. Nesse sentido, impõe-se como tarefa inicial realizar um diagnóstico com três dimensões: da estrutura de classes no país hoje, do alcance da organização sindical realmente existente e da localização dessa classe em termos territoriais, nos âmbitos nacional e internacional. Dessa forma, teremos maior compreensão sobre o tamanho da nossa tarefa estratégica e o quanto de caminhada precisaremos percorrer.

De antemão somos levados à reflexão de que os sindicatos incorporam em suas lutas normalmente centralizadas em salários e condições de trabalho — e elas continuam atuais e centrais — demandas outras como as lutas por moradia, mobilidade e cultura. O crescente trabalho não formalizado, expresso na uberização, do trabalho constitui-se outra pauta que emerge para o debate sindical. E cada vez mais o compartilhamento de estruturas e a construção de pautas que unifiquem sindicatos diversos e os movimentos populares integram e ampliam as lutas por direitos e fazem com os sindicatos sejam espaços de solidariedade e sociabilidade classista.

É imprescindível estabelecer alianças com setores populares, com as militâncias partidárias e com experiências organizativas nos diversos campos. Ampliar a capacidade de representação e de organização não é, necessariamente, aumentar a quantidade de filiados ao sindicato. Deve ser isso, certamente. Porém, precisamos extrapolar e ampliar os limites das estruturas sindicais.

Nesses 40 anos temos nos desafiado constantemente a construir propostas e ações organizativas e de luta da classe trabalhadora. A CUT e o PT continuam como instrumentos centrais da classe trabalhadora. Essa atuação permanente deve compartilhar valores, produzir rebeldia à ordem imperialista, indignação frente às injustiças sociais e toda forma de opressão e discriminação, solidariedade de classe, radicalidade frente às contradições presentes, coragem para seguir rumo ao socialismo!

* Texto baseado nos documentos e debates da CSD - CUT Socialista e Democrática.

Marlei Fernandes é professora e pedagoga, mestra em Políticas Públicas pela FLACSO. Vice-presidenta da CNTE. Dirigente da APP Sindicato. Militante da MMM e dirigente da Democracia Socialista e da CSD.